

Convivência internacional, economia e valores

1. O 11 de Setembro como ponto de partida para esta reflexão

A causa próxima do tema geral escolhido para as Jornadas de Teologia é o 11 de Setembro de 2001. Começamos então por aí. O que foi esse horrível acontecimento?

Foi certamente um acto terrorista criminoso, de grandes proporções, que atingiu directamente os EUA e matou milhares de pessoas nesse país, acto esse que foi organizado de maneira a ser um sinal de guerra contra aquilo que geralmente se designa por “civilização ocidental”. Assim, indo para além do que aconteceu nesse dia, esse atentado pode ser visto como um episódio de uma guerra que já dura há dezenas de anos e que provavelmente irá durar ainda mais algumas, na qual os EUA são uma parte importante, mas podem até não ser a mais importante. Com efeito, muito deste conflito é uma guerra civil no seio dos países de influência islâmica entre dois grupos: os que nesses países defendem um poder político *secular* e os que defendem um poder político *teocrático*. Bin Laden, a Al-Quaeda e outros grupos ligados ao chamado movimento Salafiyya, estão do lado dos defensores de um poder político teocrático.

2. De que se alimenta um atentado tão grande à convivência pacífica internacional como foi o do 11 de Setembro?

Um ataque tão violento à convivência pacífica internacional como foi o 11 de Setembro tem razões complexas que estão longe de se reduzir a um conjunto único de factores sejam eles políticos, económicos ou outros. Um

desses factores é o afrontamento que se acabou de referir entre dois modelos de organização política: o modelo teocrático e o modelo secular. É, por isso, uma guerra entre sistemas de valores. Infelizmente tais guerras não se travam exclusivamente no plano do confronto verbal de ideias, mas também de forma sangrenta, como foi o caso do 11 de Setembro. Este facto, no entanto, não elimina o outro facto que é o de serem guerras que também se travam nas cabeças, nos corações e nas condições de vida diária das pessoas. Bin Laden sabe isso muito bem. Os responsáveis políticos dos EUA e dos outros países ocidentais também sabem isso e deviam agir em consequência. No entanto, o que se observa é a tendência para a redução do problema e da sua solução a questões de natureza bélica. Essa via pode ser a que interessa aos interesses privados associados à actividade militar e ao controlo de recursos naturais estratégicos, mas não será aquela que ganhará a guerra das cabeças e dos corações num sentido favorável à paz no mundo.

3. O papel dos factores económicos na agressividade do fundamentalismo islâmico

Na guerra entre o modelo político teocrático e o modelo político secular nos países do Islão os factores económicos têm um lugar que não se reduz aos jogos de interesses atrás referidos. Vejamos algumas das principais inserções desses factores nesta guerra. Uma das influências que têm no confronto em questão relaciona-se com a inserção dos países do Islão no processo da globalização. Na grande vaga de globalização que ocorreu durante o século XIX, até à 1.ª Grande Guerra Mundial, os protagonistas principais foram as duas margens do Atlântico Norte. Houve movimentos consideráveis de pessoas entre essas duas partes do mundo que tomaram a forma de migrações definitivas da Europa para as Américas. Também houve movimentos consideráveis de capitais no mesmo sentido, capitais esses que se investiram principalmente em infra-estruturas e na exploração de recursos naturais. Em retorno começaram por vir produtos agrícolas das Américas. Depois vieram cada vez mais produtos industriais.

Esta vaga da globalização correspondeu à 2.ª Revolução Industrial que deu ao mundo inovações tecnológicas muito importantes em que assenta muito do modo de vida actual que é típico dos chamados países ocidentais. É o caso das seguintes inovações:

- a electricidade;
- o motor de combustão interna e, com ele, os transportes automóveis;
- o rádio, a televisão, o cinema e as telecomunicações;
- as indústrias químicas;

– as melhorias nas condições de habitabilidade, higiene e saneamento básico nas zonas urbanas.

A 1.ª Guerra Mundial, o protecționismo que se lhe seguiu, a crise de 1929 e a 2.ª Guerra Mundial perturbaram a continuação dessa vaga de globalização. A vaga seguinte iniciou-se depois da 2.ª Guerra Mundial e, com mais intensidade, nos anos 60. Nesta 2.ª vaga muitas das inovações tecnológicas da 2.ª Revolução Industrial foram aperfeiçoadas, mas entre tanto foram germinando outras que as duas guerras mundiais contribuíram para desenvolver e que hoje nós baptizamos genericamente pela designação de “novas tecnologias”. Estas inovações tecnológicas têm permitido que a 2.ª vaga da globalização atinja muitos mais países e de uma forma diferente da primeira. Com essas inovações a modularidade dos processos produtivos pode ser maior, acontecendo o mesmo com a mobilidade das mercadorias e da informação. Além disso, muitos movimentos de capitais no plano internacional não se destinam tanto a aplicações em grandes infra-estruturas num grupo limitado de países, como durante o século XIX, mas sim a empreendimentos menos duradouros e que concorrem com mais aplicações alternativas. Também os movimentos de pessoas continuam, mas há muitos mais do que no passado que são de carácter temporário (deslocações por motivos de negócio ou de turismo) e há menos do que no passado que têm o carácter de migrações definitivas e em massa entre países ocidentais. As maiores migrações tendem agora a ser dos países ditos em vias de desenvolvimento para os países ocidentais.

Outra característica da 2.ª vaga de globalização é que ela acabou com as esperanças que muitos punham em economias e sociedades comunistas alternativas às economias de mercado e às democracias representativas.

Durante a 1.ª vaga de globalização e até cerca de 1975, as desigualdades económicas a nível mundial acentuaram-se muito. De então para cá já não é bem assim. Dois gigantes demográficos e também potenciais gigantes económicos que são a China e a Índia abriram-se ao comércio internacional e, com isso, as suas economias têm crescido a ritmos elevados. Em países como o México, o Vietname e, antes destes, na Formosa, na Coreia do Sul e noutros países ditos de “economia emergente” também tem estado a acontecer o mesmo. Ora se olharmos para a lista de países onde se tem registado este crescimento económico os que são de influência islâmica aparecem aí pouco representados. A acrescentar a esta marginalização relativamente aos benefícios económicos da globalização, há o facto de, em muitos desses países, acontecer o seguinte:

- grandes desigualdades na distribuição do rendimento, quando o país tem muitos recursos naturais, nomeadamente petróleo;

– condições de vida muito pobres para a esmagadora maioria da população, quando o país tem poucos recursos.

Ora situações como estas são um caldo de cultura favorável para os fundamentalismos.

Há mais dois factos a notar relativamente à posição dos países de influência islâmica no processo da globalização:

– o primeiro é que, hoje em dia, o Islão está em expansão em África, um continente que tem já alguns séculos de rupturas violentas na sua organização social, nomeadamente desde os tempos da escravatura, com consequências trágicas nas condições de vida dos seus povos que são das piores do mundo;

– outro facto relevante a notar é que nalguns países do Islão onde o poder político não sucumbiu aos fundamentalistas, sucumbiu à corrupção, ou a um autoritarismo político laico, com grandes desigualdades sociais, onde as autoridades públicas deixam muito por conta de organizações islâmicas geralmente radicais grande parte das redes privadas de educação e de apoio social às pessoas carenciadas.

Assim sendo, não é de estranhar o apoio que facilmente conquistam nesses países movimentos como a Al-Quaeda.

4. Qual o papel do Cristianismo na “guerra contra o terrorismo”?

A chamada civilização ocidental também já teve as suas lutas, várias vezes violentas, pela secularidade do poder político. Manda a verdade recordar que muitas vezes católicos e outros cristãos estiveram na oposição a essa secularização, contrariamente àquilo que Cristo pregou quando disse para dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Neste valor evangélico anunciado há dois mil anos atrás podemos encontrar, pois, um contributo importante do Cristianismo para esta marca distintiva da civilização ocidental actual que é a secularidade do poder político contra a qual se insurgem, de forma tão violenta, movimentos islâmicos como a Al-Quaeda.

Se no passado os cristãos muitas vezes lidaram mal com este princípio, também no presente continua a haver muitos que o interpretam e aplicam mal. Quando Jesus diz “*Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.*” (Mt 22, 21) não quer com isso significar que nos devamos desinteressar pelas leis dos homens e pela intervenção activa nas questões políticas. Diz-nos é para nos guiarmos sempre e acima de tudo pela Vontade de Deus, pelo sopro do Espírito Santo na nossa consciência,

escutado na oração. Ora isso pode e deve levar-nos muitas vezes a cumprir as leis dos homens quando elas nos parecerem conformes a essa Vontade de Deus, mas também nos pode e deve levar muitas vezes a lutar, com todas nossas forças, para mudar essas leis. Quantas vezes os cristãos na sua acção de serviço aos outros se defrontam com leis injustas dos homens. Fazer a Vontade de Deus é contribuir para mudar esse estado de coisas.

Não deve haver, pois, subordinação absoluta da pessoa humana à ordem jurídica estabelecida, se esta violar os princípios decorrentes da justiça divina. Como disse o Papa Pio XI na Encíclica *Quadragesimo Anno*, “o objecto natural de toda a intervenção em matéria social é ajudar os membros do corpo social e não destruí-los ou absorvê-los” (QA, 35). A intervenção das autoridades públicas deve ser, pois, um suplemento da acção livre, uma criação de condições para o exercício da liberdade individual em ordem ao bem comum. Encontramos aqui uma dimensão fundamental do conceito cristão de justiça que é a *subsidiariedade*, princípio esse que o Papa João Paulo II enunciou do seguinte modo na *Centesimus annus*, “uma estrutura social de ordem superior não deve interferir na vida interna de um grupo social de ordem inferior, privando-o das suas competências, devendo antes apoiá-lo em caso de necessidade e ajudá-lo a coordenar a sua acção com as restantes componentes do corpo social, em ordem ao bem comum” (CA, 48). Assim, contra a tentação de respostas proteccionistas “estatizantes” ao processo da globalização, o conceito cristão de justiça oferece este princípio da subsidiariedade.

O que é que isto tem que ver com o 11 de Setembro, para além da defesa de um modelo de organização política baseado na secularidade dos poderes públicos?

Dar a César o que é de César e dar a Deus o que é de Deus não é fecharmo-nos no recolhimento de uma espiritualidade etérea que pouco se interessa pelas questões do mundo e pela vida dos outros seres humanos. Dar a César o que é de César e dar a Deus o que é de Deus é, acima de tudo, fazer a Vontade de Deus, e fazer a Vontade de Deus, é acima de tudo cumprir o primeiro dos mandamentos da Sua Lei que é amá-l’O sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo, ou seja, ter uma consciência e uma acção moral sempre abertas ao Transcendente e aos outros.

Ora aqui está um dos grandes contributos que o Cristianismo pode e deve dar para a chamada “guerra contra o terrorismo”. Nesta guerra que é muito das cabeças e dos corações, a arma principal deve ser a solidariedade desinteressada do Ocidente dito desenvolvido para com os mais pobres que existem dentro das suas fronteiras e no mundo dito subdesenvolvido.

Esta arma da solidariedade deve ser usada adequadamente o que significa, entre outras coisas, ser usada conjuntamente com a subsidiaridade responsabilizadora e valorizadora da *autonomia* das pessoas e das organizações que são ajudadas.

AMÉRICO M. S. CARVALHO MENDES *

Os católicos em Portugal e a paz

Embora como Testemunho esta intervenção me responsabilize, não estou a falar em nome de ou em representação de qualquer organização, preparei-me com antigos militantes e dirigentes da Juventude Operária Católica (JOC), e com os testemunhos escritos por quem esteve na guerra como militar, e por quem recusou ir para a guerra.

Porque este assunto continua sem cicatrizar em certos sectores da sociedade e porque ainda é motivo de controvérsia, se não de confronto aberto... faço um apelo a todos os presentes. Cada um de nós em democracia, e muito mais na Igreja de Jesus Cristo, tem o direito de falar alto das suas vivências, experiências, opções de vida, fidelidade às suas raízes e convicções e de as comunicar como contributo de fé e de cidadania.

Vou situar no tempo para os que como eu viveram nesse período da história o possam rever, para o que convoco as suas memórias. Para os mais jovens, para quem estes factos se encontram na sua pré-história, para que percebam melhor o país em que vivem...

O percurso pessoal que vai ser narrado pretende mostrar a realidade a partir de uma família operária igual a tantas outras, do Distrito de Aveiro, para nos permitir enquadrar sociologicamente uma guerra de tão longa duração no quotidiano das pessoas.

1. Portugal e a Sociedade Portuguesa entre 1961/1974

Em 1961 eu tinha 12 anos. Em 11 de Abril nasceu o 8º filho dos meus pais. Nessa altura um tio parte para a guerra em Angola. O meu irmão António tinha nove anos e andava na escola. Era a segunda ocasião que ouvia falar de Angola. A primeira tinha sido na escola, estudando os rios, os caminhos-de-ferro e a sua área geográfica «14 vezes maior que...».

* Faculdade de Economia e Gestão - Universidade Católica Portuguesa - Porto.